

Representação social e cultura para apreender uma qualidade de vida

Ramonildes Alves Gomes¹

Resumo: A qualidade de vida é um dos grandes temas discutidos na contemporaneidade por, praticamente, todas as áreas do conhecimento. Inúmeras são as dificuldades metodológicas inerentes aos estudos sobre o tema. Assim, apresento uma discussão sobre representações sociais, etnografia e cultura, os primeiros, enquanto, métodos e, o segundo, como indicador adequado aos estudos sobre qualidade de vida de famílias agricultoras.

Palavras-chave: qualidade de vida; famílias agricultoras; cultura e etnografia.

I - Introdução

A questão que pretendo desenvolver é uma descrição do problema de pesquisa, objeto do Trabalho de Tese que estou realizando. Trata-se de um estudo sobre a concepção de qualidade de vida representada pelas famílias agricultoras, beneficiárias de um projeto público de irrigação, localizado no semi-árido paraibano – Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Face à complexidade inerente ao tema e às especificidades do objeto empírico, considero importante explicitar os argumentos teóricos que contribuem para a formação do estado da arte sobre qualidade de vida e representações sociais, nestes ensaio. Ao mesmo tempo lanço-me no desafio de estudar a qualidade de

¹ Professora do Departamento de Ciências Básicas da UFCG e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE

vida utilizando o método etnográfico, tal qual ele se apresenta na pós-modernidade.

A discussão acerca do tema qualidade de vida surgiu na contemporaneidade, ligada aos estudos sobre a vida nas cidades. Destacam-se nesses estudos as preocupações com os fluxos de migração, o crescimento desordenado, o aumento da pobreza, a má utilização dos recursos naturais e as conseqüências do processo de globalização. Atualmente, a qualidade de vida é uma preocupação de inúmeras áreas do conhecimento, todas elas interessadas na discussão sobre o desenvolvimento humano e a invenção da tradição nos novos espaços redefinidos pela modernidade².

Freqüentemente, a maioria dos estudos sobre população mencionam o tema qualidade de vida, mas, nem sempre seja o objetivo central dos mesmos, porque em geral são estudos sobre demografia, ocupação de território, condições de vida, enfim são estudos que buscam compreender as estratégias de sobrevivência e resistência das populações de baixa renda ou, por assim dizer, indivíduos e grupos não inseridos e/ou excluídos socialmente. Assim sendo, tomam por base dados obtidos a partir de avaliações quantitativas sobre indicadores sociais; saúde educação, renda, moradia, saneamento básico, segurança, etc.

Na década de 90, fato significativamente inovador, neste campo, foi a criação do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Inegavelmente, o IDH possibilitou a emergência de um novo conceito de desenvolvimento que vai além da dimensão economicista e materialista. Permitiu pensar o desenvolvimento “(...) como estratégia para eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.(...)”. (Sen; 2000:10p) Um dos aspectos interessantes que o IDH aponta é o posicionamento dos países no vasto contexto do Desenvolvimento Humano.

² Sobre as implicações da modernidade na vida cotidiana ver Giddens (1991) *As conseqüências da modernidade*.

No último relatório do Programa das nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD em 2001 o IDH calculado, incluiu 161 países do globo. É importante assinalar que na formação do “ranking” dos países foram considerados vários outros indicadores, além do rendimento *per capita*, quais sejam: *a- Esperança de vida à nascença, representando uma vida longa e saudável; b-Nível educacional (frequência e taxas de analfabetismo), representando o conhecimento; c-PIB real (em paridade do poder de compra) representando um padrão de vida descente.* Percebe-se, através da análise deste ranking mundial dos países, quanto e em que setores estratégicos, cada país deverá concentrar mais esforços e recursos para que seu povo alcance um desenvolvimento humano satisfatório.

Investir na satisfação das necessidades básicas, não significa proporcionar um bem-estar ou garantir felicidade a todos, mas significa uma condição de igualdade e de poder, a partir da qual a população poderá ter acesso a outras oportunidades. Assim, é preciso entender que bem-estar e felicidade são em si aspectos de difícil acesso no plano objetivo do conhecimento formal, por isto para serem compreendidos remetem diretamente a uma imersão no campo da subjetividade.

Cada indivíduo, independentemente do contexto no qual está inserido, pode expressar, perceber e representar diferentemente noções de felicidade e bem-estar. Parto da proposição que o IDH gerou uma pressão internacional e global sobre os países, fazendo com que estes passassem a se preocupar, paralelamente, com o planejamento de políticas públicas concretas para melhorar os níveis de desenvolvimento humano e com o crescimento econômico. Este fato, interpretado a luz das ciências sociais, significou o reconhecimento de que economia e sociedade não são esferas antagônicas, contrariamente, são complementares e interdependentes.

Acredito que apreender elementos da subjetividade (desejos, necessidades, valores, expectativas, memória e emoções), pode significar um novo caminho para revelar a concepção de qualidade de vida das pessoas. Compreender o que

tem valor e qual o valor atribuído pelas pessoas é algo quase impossível de ser apreendido por métodos quantitativos, cujo objetivo é obter generalizações. Contudo, reconheço os esforços dos organismos mundiais, por exemplo o Worldbank³, no sentido de compartilhar da crítica que o IDH ainda é um instrumento insuficiente para revelar aspectos de natureza subjetiva os quais influenciam na qualidade de vida.

Investigar sobre a qualidade de vida, tal como falar de felicidade e bem-estar, certamente, é um desafio criatividade e imaginação de qualquer pesquisador. Em cada época, contexto social e grupo existem visões e expectativas distintas do que seria uma vida com boa qualidade. Se para quem a vive com fome ou sem casa, qualidade de vida é ter comida e moradia, para outros pode ser algo bem supérfluo como comprar um segundo carro ou adquirir uma casa na praia. Para alguns, mais utópicos, pode ser viver bem sem trabalhar, sonho que, no fundo, é de todos nós desde a perda do paraíso.

2. A agricultura familiar no nordeste: o *locus* da pesquisa

Seria muito difícil, para não dizer impossível, falar de qualidade de vida em perímetros irrigados sem situar a agricultura familiar no Nordeste, especificamente, a partir da Política Nacional de Irrigação. Neste trabalho, faço um corte temporal para configurar esta agricultura familiar e delimitar o próprio conceito de agricultura admitido para fins da pesquisa.

Nos anos 90, a agricultura brasileira caracterizou-se por ser uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada. A complexidade do processo migratório caracterizado pelo êxodo

³ Destaco os esforços do Worldbank, uma vez que a publicação da coleção “Voices of the poor” (2000), é um trabalho concreto de pesquisa em busca de novos métodos para conhecer e intervir nas situações de pobreza de diferentes países.

rural e regional, contribuiu para o crescimento dos bolsões de pobreza e miséria nas periferias das grandes cidades. A maior parte do contingente migrante era formada por pessoas desqualificadas para o trabalho formal, sem instrução ou subempregadas.

Dessa forma, as transformações que ocorreram na base técnica, durante o processo de modernização da agricultura brasileira, serviram para fortalecer o latifúndio e os setores ligados a grande propriedade. Observa-se que o progresso não alterou significativamente as relações de trabalho, nem as desigualdades regionais, assim como, não propiciou a inserção dos camponeses e pequenos produtores no mercado moderno e/ou globalizado. Wanderley (1996) resume o significado real do processo de modernização seguindo uma lógica que a autora intitula “o pacto de amparo à propriedade”:

(...) a modernização adotada foi, antes de tudo, dolorosa porque paradoxalmente, reproduz o atraso. Ora, o atrasado que permanece dentro de um moderno e que o redefine pode ser identificado pelo fato de que a modernização foi feita sob o comando da terra, isto é pelo e para os proprietários fundiários gerando uma tensão entre a propriedade e a produção que afeta a profundidade da própria modernização. (WANDERLEY, 1996:27)

De fato, no sertões ou no semi-árido nordestino não é possível confirmar transformações profundas ao nível das condições de vida dos agricultores e das condições de trabalho na agricultura familiar. Mas, é preciso ressaltar que um dos instrumentos utilizados para expandir a modernização no Nordeste foi o programa de irrigação⁴. Este passou a ser incentivado, enquanto uma Política Pública mais ampla, cujo

⁴ Neste período foram criados programas específicos para integração da agricultura irrigada à agro-indústria, por exemplo, o Programa de Irrigação do Nordeste – PROINE e o Programa Nacional de Irrigação – PRONI, ambos criados em 1986. Ver, a esse respeito, Queiroz (1993)

objetivo era a criação de um moderno parque industrial e, conseqüentemente, um emergente mercado consumidor, sobretudo, nas regiões marcadas pelo atraso econômico e social, a exemplo do Norte e Nordeste.

Implicitamente, um dos objetivos do Programa de Irrigação no Nordeste era o combate ao êxodo rural. Fato bastante recorrente por causa dos ciclos de estiagem. A implantação dos perímetros irrigados representava a possibilidade da fixação do homem no campo, do aumento da oferta de emprego e trabalho durante o ano inteiro nas áreas irrigadas. Marcel Bursztyn (1984) é um dos autores que discorda do argumento que a agricultura irrigada absorve força de trabalho e adverte que:

De uma maneira geral, um 'perímetro irrigado' emprega diretamente menos trabalhadores do que a mesma área ocupava, antes da sua implantação. Isso se dá devido ao fato de que terras irrigáveis situadas à jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente ocupadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos, escolhidos para um projeto não são, em geral oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS (...).(BURSZTYN, 1984:85)

As afirmações apresentadas por Marcel Bursztyn são confirmadas empiricamente. Nas áreas ocupadas pelos projetos públicos irrigados estimulou-se o uso indiscriminado da mecanização esta, por sua vez, caracteriza-se por ser poupadora de mão de obra e pelo emprego sazonal.

A execução dos projetos de irrigação, via Perímetros Irrigados implicou na construção de uma infra-estrutura hidráulica, habitações e de equipamentos comunitários, como também, em desapropriações de terras. Implicou ainda, na imposição de técnicas agrícolas com as quais os colonos não estavam acostumados. Este fato significou, por um lado, "o empobrecimento da economia camponesa e a quebra das

tradições rurais”. (ANDRADE, 1979:47); por outro lado, forçou um distanciamento dos agricultores das suas tradições, embora, alguns poucos, tenham se transformado em produtores modernos, verdadeiros agentes da integração do semi-árido nordestino ao mercado nacional.

As análises feitas, a *priori*, acerca dos perímetros irrigados que estão sob a jurisdição do DNOCS na Paraíba, possibilitaram supor que o desenvolvimento destes não ocorreu de forma generalizada. As diversidades e especificidades culturais de cada localidade, ainda desconhecidas, guardam razões que podem explicar os entraves e as facilidades que contribuíram para o desenrolar histórico de cada um deles.

Atualmente, no Perímetro Irrigado de São Gonçalo - PISG, objeto empírico desta pesquisa sobrevivem da atividade agrícola um total de 481 famílias em 03 agrovilas ou núcleos habitacionais, nestas constata-se disparidades quanto às possibilidades de inserção social e empoderamento econômico; às famílias que lograram êxito; às famílias que obtiveram realização e satisfação plena via agricultura familiar irrigada, entre outras.

Certamente, a introdução da irrigação em áreas do semi-árido nordestino promoveu modificações do ponto de vista técnico, econômico, ambiental e sócio-cultural. O que não está devidamente esclarecido, ainda, é se essas modificações convergiram para uma possível alteração na qualidade de vida da população destes perímetros. Com isto, quero dizer que interessa saber se estas famílias se tornaram capazes de construir, livremente, suas próprias vidas, criando possibilidades de satisfação dos seus desejos e necessidades, sobretudo, impondo respeito aos seus valores e costumes, em outras palavras, o que Carlos Rodrigues Brandão (1999) chama de um “*ethos camponês*”.

Neste *ethos camponês* está incorporado um conceito de agricultura familiar, como aquela que combina a propriedade da terra, com uma mão-de-obra familiar, tudo isto organizado por uma lógica que reúne saberes e valores que asseguram a

reprodução da unidade familiar e de produção e a permanência do patrimônio.

Para entender as representações sociais que estas famílias tem das suas vidas é necessário compreender aspectos como por exemplo, o processo de construção do próprio local, motivado ou por um movimento de “invenção de tradição”, ou enquanto uma representação dos projetos dos “agentes colonizadores”; e também, compreender os objetivos que referenciam as práticas dos atores sociais, historicamente, alicerçadas numa cultura “tradicional”. A tradição, sob este enfoque, não significa um movimento de resistência ao moderno ou pós-moderno, contudo, implica a capacidade de interagir e incorporar valores da pós-modernidade, de maneira reflexiva, sem perder às origens, por exemplo a noção de coletividade social.

Os elementos culturais, saberes e identidades que se formaram na construção deste novo local – o perímetro irrigado, definiram as formas de inserção e auto-reprodução destas famílias. É importante salientar que estas identidades foram, construídas numa espécie de “diáspora invertida”⁵ de acordo com o processo de triagem adotado pelo DNOCS. Fazendo uma analogia entre o processo de construção de um novo local e identidades na constituição dos perímetros irrigados e o surgimento de novas identidades no contexto da globalização segundo análises de Stuart Hall (1991b), pode-se dizer que essas identidades estão calcadas naquilo que os outros são, para poderem representar aquilo que eles não são. Assim sendo, os agricultores familiares podem estar representando uma identidade, um projeto de vida do colonizador – O DNOCS, no qual são negados os aspectos identificadores afirmativos da cultura desse grupo, por exemplo, as relações de parentesco, a

⁵ O termo “diáspora invertida” é usado para dar significado a uma situação de aglutinação, de reunião daquelas pessoas – os agricultores familiares, os quais possuíam objetivos semelhantes, por isso foram selecionadas para criar um novo espaço. Para entender o sentido original do termo diáspora ver a analogia narradas por Grunewald sobre a formação histórica dos Pataxós (Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo, 2001: 62p)

sociedade de interconhecimento, os laços de afetividade com a terra etc. A identidade que deverá emergir no mundo pós-moderno deverá ser anônima, devendo ser reconhecida apenas pelo local a partir do qual as pessoas falam.

A apreensão de um saber já modificado no processo de interação com os diversos agentes é uma das estratégias para entender a representação que estas famílias têm das suas vidas. As situações registradas por Brandão (1999), no seu caderno de campo – *O afeto da terra*, são exemplos da importância do saber do camponês como elemento justificador da ética que permeia as relações entre este homem e o meio a sua volta.

Uma categoria de análise que sugiro para conduzir a compreensão de uma representação da qualidade de vida é a cultura. Entendo que a cultura é um dos aspectos mais representativos da globalização como fluxo de mudanças e descontinuidades. Estas mudanças, necessariamente, não ocorrem numa única direção do macro para o micro, mas ocorrem no interior do próprio local perpassando qualquer forma de vida grupal, seja ela familiar ou comunitária. Assim, aceito a existência de um elo de identificação entre os membros dessa população. Na concepção de Barth (1989) este elemento identificador pode ser denominado “substância cultural⁶”, algo que se traduz no esforço produtivo, na forma como o colono organiza o trabalho e a produção de alimentos.

Quando o eixo central, desta construção, é a terra a substância cultural interfere na produção de categorias sociais e encadeia as ações simbólicas. Ellen Woortmann & Klass Woortmann (1997) reforçam estas análises, assinalando que, para os sitiantes, trabalho, terra e família são indissociáveis e falar de um é falar do outro necessariamente.

⁶ A expressão “substância cultural” é utilizada para reforçar a idéia de uma base concreta sobre a qual a comunidade é construída, ao tempo que reforça o ethos camponês. Sobre este sentido da expressão substância cultural ver Grünevald (Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo, 2001)

Segundo Barth a cultura é concebida como descontinuidade, por isso há diferenças e similitudes entre os grupos. De acordo com os aspectos identificadores a cultura pode ser entendida “*como a maneira de ser e descrever o comportamento humano*”. Admito que a dimensão cultural é interessante para entender os valores que dão sentido à qualidade de vida das famílias, porque esta dimensão implica numa perspectiva holística da representação social e permite observar a adequação dos costumes à um dado lugar e estilo de vida, além do compartilhamento de valores e experiências dentro de uma comunidade. Sobre a importância de compreender a relação entre cultura e comunidade Erik Cohen (1985) ressalta:

(...) a cultura – a comunidade como experimentada por seus membros – não consiste em uma estrutura social ou no fazer do comportamento social. Ela é inerente ao “pensar” sobre ela. É nesse sentido que podemos falar de comunidade como um construto simbólico, antes que estrutural. Ao se procurar compreender o fenômeno da comunidade, temos que considerar suas relações sociais constituintes como repositório de significados para seus membros, não como um conjunto de elos mecânicos.(COHEN, 1985:98)

O construto simbólico de que fala Cohen exerce a mesma função do costume conforme analisa Ruth Benedict (1934:498), quer dizer, o costume estabelece diferenças entre as culturas “*(...) o costume exerce um papel predominante na experiência, na crença e é numa variedade muito grande que ele pode se manifestar (...)*”. Desse modo, o construto cultural mesmo modificado num movimento de reflexividade, ainda exerce influência na história ,de vida dos indivíduos, através dos padrões tradicionais transmitidos pelo grupo de origem, desde o momento do nascimento, se refletindo no seu comportamento até na maneira de agir no mundo.

2.2 A qualidade de vida como objeto da pesquisa etnográfica

A etnografia revelou-se um instrumento importante para realização deste estudo, especialmente, porque possibilita compreender e explicar a qualidade de vida a partir de uma dimensão subjetiva. Que significa investigar, traduzir e narrar aspectos subjetivos das famílias agricultoras – anseios, emoções, afetos e necessidades materiais e imateriais incorporados à uma pré-noção de qualidade de vida, ainda não traduzida pelos índices⁷ quantitativos. O que a maioria destes índices fazem são inferências relativas ao modo de vida das pessoas. Estas subjetividades podem significar valores e qualidades que têm um peso real, na medida em que são entendidas a partir da ótica daquelas pessoas e expressas por suas próprias vozes. É este conjunto de valores que dá sentido e qualifica uma vida, embora, os critérios de qualidade presentes no imaginário das famílias nem sempre coincidam com aqueles estabelecidos ou inscritos pelas políticas públicas.

Uma questão central que ronda os estudos sobre qualidade de vida é a ausência de métodos de avaliação, ou seja, como medir a qualidade de vida. Alguns autores apontam como alternativa incluir, entre os aspectos mensuráveis, tudo aquilo que possa ser interessante para alguém. Para isso, sugerem uma categorização dos indicadores sociais em dados objetivos e subjetivos e, ainda, propõem três dimensões possíveis para compreender os fenômenos que, segundo Carmo (1993), são as seguintes:

⁷ Sobre os Índices refiro-me, especificamente, ao IDH - Índice de Desenvolvimento Humano *que é apenas um indicador rápido do estado do desenvolvimento humano*. Desde a introdução em 1990, o PNUD seguiu para o IPH – Índice de Pobreza Humana e o IDG – Índice de Desenvolvimento Relacionado com o Gênero. Ver mais sobre o IDH na homepage do PNUD: www.unpd.org.br

Em primeiro lugar, considera-se a extensão da concordância das pessoas para a caracterização de um dado fenômeno. Assim, mesmo concordando no que se refere a uma definição de "casa", surgem divergências na hora de se classificar um barraco ou uma caverna como "casa"; estas divergências aumentam quando se tenta atribuir valores como "boa casa", ou "casa ruim".

A segunda dimensão seria definida pelo grau de diferença que um mesmo estímulo sensorial ou neural produz, diferentemente, em cada observador. Por exemplo, o fenômeno da dor não é o mesmo para mim e, para o meu dentista, a percepção é totalmente diferente.

A terceira dimensão está relacionada com os impactos que faz com as pessoas diferentes umas das outras, tenham ações similares frente a um fenômeno.

A partir destas três dimensões, os autores propõem que os dados quantitativos - escolaridade, renda, mortalidade, natalidade, faixa etária, entre outros, sejam classificados como objetivos, mas acrescentam que a qualidade de vida para ser avaliada "requer, além da consideração dos aspectos físicos e tecnológicos da vida, também, **a percepção e avaliação dos indivíduos das suas próprias condições de vida**" (grifos não originais).

Carley critica os indicadores econômicos e afirma que o Produto Interno Bruto-PIB, a renda *per capita*, entre outros indicadores de renda não são suficientes para avaliar a satisfação psicológica ou a realização pessoal. Frequentemente, certas estatísticas, especialmente, aquelas que usam as médias, como as agências de pesquisas governamentais, não revelam os efeitos da distribuição de qualquer benefício. Segundo o autor, três problemas são evidentes neste ponto. O primeiro deles, é a heterogeneidade das fontes de informação (censos, pesquisas domiciliares, etc), que inviabiliza o registro e a análise integrada dos dados. O segundo, decorre do primeiro, diz respeito à confiabilidade das informações, uma vez que, emergem de diferentes fontes e o último problema, é a própria dificuldade de

adotar um conceito que permita desenvolver modelos gerais, nos quais estejam inseridos indicadores sociais universais e limites culturais grupais.

Quantificar necessidades, desejos e sonhos individuais ou coletivos é algo extremamente difícil. Por um lado, é complicado afirmar que as pessoas de uma determinada localidade possuem uma qualidade de vida x ou y , uma vez que está não pode ser reduzida a satisfação das necessidades básicas, sabendo-se que pode ser também incoerente falar de qualidade de vida sem satisfazer estas necessidades. A dificuldade aumenta, consideravelmente, quando o local é um rural, onde a tradição camponesa, muitas vezes esquecida, é um importante elemento definidor das necessidades básicas, do prazer, do lazer e da cultura, que uma pessoa ou um grupo querem ver satisfeitas. Por razões práticas, no entanto, busca-se uma quantificação que permita avaliar a evolução de uma situação social. Isso pressupõe chegar a alguns consensos, ou acordos, sobre o que os indivíduos em cada contexto esperam da vida em sociedade.

Alfredo K. Roche (1990) acrescenta elementos complicadores a esta discussão através da crítica contundente à ausência da dimensão cultural, no conceito de qualidade de vida e afirma que:

(...) em conseqüência da predominância de uma racionalidade 'prática' ou 'utilitarista', a presença da qualidade de vida está determinada contemporaneamente pela capacidade social ou individual de incrementar os seus benefícios potenciais, independentemente de suas conseqüências reais para a comunidade dos seres humanos.(ROCHE, 1990: 23)

Entender que a qualidade de vida deve ser compreendida, a partir de uma racionalidade que considere as capacidades e as igualdades de oportunidades oferecidas aos indivíduos, é uma tese central na abordagem teórica de Amartya

Sen e Martha Nussbaum. O Livro “La calidad de vida”⁸, compilado por Sen e Nussbaum (1996), é uma obra relevante para a discussão de um pré-conceito de qualidade de vida.

O debate apresentado por Sen e Nussbaum tem origem na concepção filosófica do desenvolvimento, como algo multidimensional e multidisciplinar. Para entender este caráter múltiplo, é preciso refletir, não apenas, sobre a importância da quantidade de dinheiro, bens ou recursos que estão disponíveis para um determinado grupo, mas saber como se dá a distribuição destes e qual o significado que assumem na vida das pessoas.

Um argumento comum acerca da qualidade de vida está relacionado à oferta de políticas públicas, no sentido de que estas, sobretudo, no mundo globalizado, devem assumir a melhoria da qualidade de vida como um fim. Jayawardena (1996) analisa que esta questão foi pensada, durante muito tempo, sob uma lógica de desenvolvimento utilitarista, quero dizer, em termos da capacidade produtiva dos indivíduos - utilidade. Segundo a ótica do utilitarismo-razional, a renda per capita era considerada um indicador eficaz e suficiente, para medir a qualidade de vida.

Economistas e filósofos humanistas, a exemplo de Sen e Nussbaum, destacam alguns aspectos que influenciam na avaliação da qualidade de vida: *a questão da qualidade de vida da mulher no mundo; a questão das oportunidades e potencialidades; o papel da tradição e do relativismo cultural, na perspectiva dos demandantes e dos executores e planejadores das políticas públicas*. A perspectiva de análise destes economistas indica que qualquer metodologia pensada para estes estudos deverá considerar as condições potenciais dadas às pessoas. A partir destas condições mínimas as pessoas terão

⁸ O livro organizado por Amartya Sen e Martha Nussbaum (1993) intitulado *La calidad de Vida* consta de um conjunto de ensaios resultantes da Conferência realizada na Wilder, em Helsinkí no mês de julho de 1988. Cada capítulo desta obra é composto de artigos dos diferentes teóricos participantes, seguida de comentário escrito também, em forma de artigo.

liberdade para fazer-se e sobreviver, este problema deverá ser abordado de maneira multidisciplinar e não como exclusividade da ciência econômica.

Dois motes investigativos são, supostamente, considerados centrais para refletir sobre a qualidade de vida em termos universais: “a distribuição dos recursos e o desenvolvimento das potencialidades das vidas”, embora, estes eixos sejam amplos, a Conferência realizada no Wilder em Helsinki, em 1988, organizada por Sen & Nussbaum, acrescentou importantes detalhes a respeito dos indicadores que deverão constituí-los. Por exemplo, a capacidade de conduzir suas vidas – refere-se às expectativas de vida e às possibilidades de realizar projetos no futuro; sobre o trabalho - se é satisfatório ou entediado - se a relação entre patrão e empregado é humanizada ou degradante; sobre os privilégios dos cidadãos; sobre a liberdade que têm para conduzir as relações pessoais e sociais; analisar como se estruturam os arranjos domésticos, familiares e entre os gêneros.

Avaliar a qualidade de vida, segundo a Conferência de Wilder, implica reconhecer que os valores predominantes, nas sociedades humanas, são constituídos de subjetividades e impregnados de significados culturais, implica ainda, que a vida humana não se move por obediência a comandos, como uma simples máquina.

Amartya Sen (1996) explica que a capacidade⁹, como um dos critérios adequados para valorar a qualidade de vida, divide-se em quatro categorias, quais sejam: liberdade de bem-estar, conquista do bem-estar, liberdade da agência e conquista da agência. Esclarece ainda que estes critérios só têm sentido quando relacionados ao funcionamento e aos valores. O termo “funcionamento” é definido, por Sen, como condições que o

⁹ O termo “capacidade” utilizado por Sen (1993:54) significa uma expressão elegida, por ele próprio, “para representar as combinações alternativas que uma pessoa pode fazer ou ser: os distintos funcionamentos que pode conquistar”.

indivíduo é capaz de conquistar no decorrer da vida e que dependem da visão de mundo de cada um, portanto, constituída de vários querereres e seres.

Diante deste contexto, a etnografia como estratégia para atingir o conhecimento cumpre o objetivo de revelar os sentidos, as razões e as ações que caracterizam as relações sociais nas diversas sociedades. Além de dá voz aos sujeitos, a etnografia possibilita uma imersão em profundidade nas pesquisas sobre qualidade de vida.

Estudar os sentidos e as razões subjetivas de outros não é interesse exclusivo da ciência antropológica. Godelier (1998:7) ressalta que este objetivo é partilhado, também, pela sociologia. O objetivo não é enveredar o debate entre as vantagens e desvantagens de uma ou outra ciência. Mas, apenas desenvolver um raciocínio que justifique a importância da antropologia, enquanto uma luz para compreender o discurso e as ações do outro, sem que isso signifique uma busca no sentido da relação causa e efeito.

A possibilidade apresentada pela antropologia, através da etnografia é interessante, sobretudo, para este tipo de pesquisa, uma vez que, na pesquisa antropológica, segundo Clifford Geertz (2000).

(...) um dado pesquisador num dado momento, um certo informante num certo local – podem ser suficientemente ‘objetivas’, ‘sistemáticas’, ‘reproduzíveis’, ‘cumulativas’, ‘preditivas’, ‘exatas’ ou ‘testáveis’ para gerar mais do que uma coleção de histórias plausíveis. (...) (GEERTZ: 2000, 90)

A antropologia na atualidade ampliou a abordagem da pesquisa social, libertando-se dos paradigmas do historicismo e do cientificismo, principalmente, admitindo que o seu papel não é falar do outro, mas invocar o saber local e deixar que as múltiplas vozes ecoem. Mesmo que nenhuma informação seja totalizadora, última e única. É apenas a contribuição do etnógrafo para o conhecimento de uma realidade determinada. A

concepção da qualidade de vida representada que se quer apreender é viável através da etnografia porque não tem a pretensão de elaborar um conceito etnocêntrico centralizado sobre o assunto.. É um estudo que será construído na interação entre pesquisador e informante, com a finalidade de atender às exigências do próprio objeto pesquisado.

Para Amartya Sen os estudos sobre qualidade de vida suscitam uma dificuldade metodológica passível de superação. Duas perguntas básicas são sugeridas por ele, como ponto de partida, para instrumentalizar o campo de análise. A primeira delas, é saber quais os objetos de valor naquele contexto e a segunda, qual o valor atribuído ao respectivo objeto. A partir das repostas a estas perguntas, cria-se uma hierarquia, uma categorização de valores, dentro de um contexto de avaliação.

Christine Korsgaard (1996) comenta a posição de Sen e afirma que a qualidade de vida pode ser valorizada diferentemente e cita três abordagens possíveis sobre o tema:

Primeiro, podemos valorar simplesmente como uma proposta filosófica sobre o que é uma boa vida. Segundo podemos valorar por sua legitimidade com um objetivo político: se for ou não um tipo de coisa que devemos contribuir para realizar por meio dos instrumentos políticos. E, terceiro, podemos valorar por sua utilidade para determinar as decisões políticas e econômicas que se tomam – e decidir, por si proporcionar medidas o suficientemente exatas como para valorar os efeitos da política.(KORSGAARD, 1993:84-85)

Korsgaard complementa a opinião de Sen quando considera que desfrutar de uma boa vida implica em capacidades e vantagens, e enfatiza ainda, que a concretização dos instrumentos facilitadores de vantagens e capacidades, devem ser legitimados politicamente.

A discussão relativa à legitimação dos instrumentos para definição e conquista da qualidade de vida, contribui para fundamentar esta problemática, na medida em que a implantação

dos perímetros irrigados e as propostas de desenvolvimento para os mesmos foram determinadas pelo Estado, talvez, sem considerar os desejos e as necessidades legítimas da população beneficiária. Assim, pressupõe-se que os objetivos alcançados podem não ter correspondido aos esperados pelas famílias agricultoras; as políticas públicas ofertadas podem não ter resultado numa vida boa do ponto de vista da qualidade pensada por estas populações.

2.3 A representação social uma alternativa ao problema metodológico

A metodologia sugerida, como adequada para dar conta de investigações sobre qualidade de vida, é a pesquisa qualitativa. Principalmente, por causa do caráter subjetivo das informações inerentes ao tema. Embora, não desconsidere as atribuições e a importância do método quantitativo, considero que neste caso, utilizá-lo como única opção seria insuficiente, apesar de ser um instrumento eficaz para coleta de dados. Mesmo assim, é mais adequado à pesquisas que se propõem à estabelecer regularidades e interpretá-las, segundo uma determinada posição teórica. Como já foi mencionado em itens anteriores, não é este o objetivo deste estudo.

Interessa esclarecer que a pretensão é abordar os fatos sociais, as situações, as idéias e as falas das pessoas, enquanto fenômenos culturais. Neste sentido, considero que a representação social, enquanto método, abrange uma multiplicidade de variáveis e significados que segundo Weber (1974) só podem ser apreendidos quando o foco central da investigação recai sobre as idéias entendidas como elemento constitutivo da realidade social.

Apreender a qualidade de vida de famílias que vivem no meio rural poderá contribuir com os estudos sobre o tema da qualidade de vida humana, inovando a partir de duas dimensões. A primeira delas, é o próprio campo empírico - Perímetros

Públicos Irrigados localizados no Semi-árido Paraibano, uma vez que, a maioria dos trabalhos de pesquisa sobre o assunto estão relacionados à vida urbana em cidades metropolitanas. E a segunda dimensão, é a sugestão metodológica de compreender a qualidade de vida, através de uma pesquisa qualitativa que, considera objetivamente a representação social das famílias que experienciam esta realidade.

Clifford Geertz (1997) adverte que alguns temas subjetivos apresentam “problemas de incomensurabilidade conceitual”, ou seja, temas que estão numa ordem de subjetivação excessiva. Por isso a apreensão objetiva de conhecimentos que estão nesta ordem é possível via representação, tal como fora compreendida por Foucault (1999) em “*As palavras e as coisas*”, isto é, como uma questão cultural mais generalizada, capaz de informar sobre uma série de outros domínios e práticas sociais. A representação social, enquanto categoria de análise, serve de suporte teórico e metodológico para a interpretação e construção da narrativa. Por um lado, através de elementos da sociologia compreensiva de Weber, que são interessantes para apreender as “visões de mundo” e como estas interpenetram a cultura e infleem nas conjunturas sócio-econômicas, por outro lado, a fenomenologia de Shultz (1982) é importante para explicar o modo de vida e o cotidiano dos indivíduos, estabelecendo como referência o senso comum.

Sobre a representação presente no discurso *Baktin* (1986:36) afirma que “(...) a palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social”. Na análise das falas, pode-se extrair os conceitos que instrumentalizam o processo de construção da própria tese, especialmente, os conceitos advindos da percepção das famílias sobre a qualidade de vida e o que falta às suas vida, quando comparadas a essa qualidade percebida por elas. Dessa forma, o uso das representações sociais, como base para as interpretações, têm o objetivo de construir uma síntese teórica entre fenômenos que ao nível da realidade estão profundamente ligados. Compreendo que ao buscar uma representação social da

qualidade de vida das famílias agricultoras estarei estabelecendo relações entre teoria e realidade e, por assim dizer, “representando”, no sentido da interpretação das representações engendradas por aquelas pessoas.

Apoiando-se na abordagem weberiana, Geertz faz referência à atividade do pesquisador antropólogo, cujo objetivo não é procurar verdades ou causas sobre esta ou aquela cultura. Mas, é eleger entre as estruturas significantes aquela que ele escolheu para interpretar. Geertz define a pesquisa antropológica como uma atividade interpretativa. Neste sentido, a atividade antropológica serve de inspiração para a metodologia pretendida, na qual a representação do pesquisador é apenas mais uma interpretação que faz parte do processo.

Para apreender a qualidade de vida engendrada numa dimensão cultural ressalta-se o sentido da alteridade e do relativismo na antropologia pós-moderna. Segundo Gilberto Velho (1981), essas categorias permitem ao pesquisador falar do outro, transformando o familiar em exótico, portanto legítima o caráter de cientificidade da pesquisa etnográfica.

Parece até contraditório falar objetivamente de técnicas e etapas de uma pesquisa e, ao mesmo tempo, falar de representação social como partes de um mesmo processo. *Minayo (1994:108)* lembrar que “*As Representações Sociais se manifestam em palavras sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. (...)*”. Assim, é possível manter a objetividade, porque o que vai interessar são os pressupostos que orientam as ações, as crenças, as percepções, os sentimentos e os valores das pessoas. Em todos estes aspectos existem sentidos e significados que não estão dados de forma imediata, mas que podem ser conhecidos.

A objetividade¹⁰ é definida pelo próprio objeto, independentemente, da variedade dos sujeitos humanos e dos

¹⁰ Michael Walzer (1996) utiliza a seguinte noção de objetividade científica: Los conceptos científicos deben acomodar al objeto, no como aparece al

diferentes lugares. Por exemplo, ao questionar sobre quais os bens e serviços minimamente necessários para um indivíduo viver bem Walzer, (1996)¹¹ sugere que uma resposta satisfatória é entender que qualquer objeto se impõe objetivamente por ele mesmo, de modo que alimentação, moradia, liberdade constituem uma parte objetiva de indicadores subjetivos. O autor acrescenta que “Uma mesa determina a percepção objetiva da mesa”; porém, os seres humanos são sujeitos ativos, possuem faculdades mentais que determinam o que e como eles vêem, percebem e entendem o mundo a sua volta, neste ponto, inicia-se a dimensão subjetiva que diferencia os fatos.

A noção de objetividade, como significado social, possibilita a identificação das similaridades entre as concepções dos colonos sobre qualidade de vida e o conceito definido na realidade objetiva. Optei por usar o termo similar, ao invés de idêntico, porque a construção de significados sociais, de certo modo, reflete um consenso, um significado mais geral, que nem sempre coincide com os preconceitos já estabelecidos.

Os significados sociais são processados no interior da cultura. Nesse sentido, a cultura é capaz de explicar racionalmente as formas de vida e os valores inerentes a determinadas sociedades. Para Geertz (1997) cultura é uma estrutura de significante, que deve ser entendida como um sistema complexo, em qualquer sociedade Walzer (1996) explica que, partindo *a priori* desta perspectiva, o investigador poderá compreender objetivamente o porquê dos informantes reconhecerem os bens, os serviços, os lugares como sendo o melhor ou o pior lugar para viver. Certamente, deve haver outros aspectos legitimadores destas respostas, mas em geral, estas são dadas pelas regras do uso e valor.

objeto, quizá, sino como realmente es”, como pedra de toque para fundamentar sua crítica e propor a noção de objetividade com significados sociais.

¹¹ O texto de Michael Waltzer intitulado : “Objetividade e significado social” é um dos capítulos da segunda parte do Compêndio organizado Sen & Nussbaum “La calidad de vida” (1996)

Segundo Ruth Anna Putnam (1996), as idéias de Walzer relativas ao sentido de objetividade são válidas, pois se trata de uma nova perspectiva de crítica cultural. Conforme esta noção de objetividade, deve-se levar em conta os contextos a partir dos quais as vozes dos sujeitos estão emergindo. A autora lembra que é preciso considerar os aspectos privilegiados pelos informantes, relacionando-os aos esquemas amplos de verdade ou falsidade, sobretudo, porque, em qualquer situação particular os indivíduos não estão totalmente livres de preconceitos, uma vez que a cultura identifica a comunidade.

Compreender a concepção de qualidade de vida pelo viés da cultura significa aceitar que certas necessidades tidas como universais - alimentação, moradia, higiene, saúde, trabalho etc, não podem ser generalizadas como algo capaz de satisfazer a qualidade de vida de qualquer sociedade. Putnam exemplifica esta situação analisando “o controle da natalidade”; enquanto uma política pública para melhorar a qualidade de vida. Este pode ser um indicador aceito consensualmente na China, mas pode ferir valores fundamentais em comunidades indígenas latino-americanas. Dessa forma, conclui-se que toda metodologia de pesquisa direcionada ao estudo da qualidade de vida não pode aceitar a separação entre fatos e valores.

Nas ciências sociais, em particular, na sociologia, objetiva-se, em qualquer fenômeno explicar a relação causa-efeito, assim como se faz nas áreas de física, matemática, medicina, e também, na etnografia experimental. Marcus & Cruskman (1982) ressaltam que a maior preocupação, destes cientistas, era com a epistemologia. Contudo, a escritura etnográfica contemporânea sintetizou o debate sobre a hermenêutica, fazendo com que as interpretações traduzidas nos textos etnográficos sejam, *“tanto uma reflexão sobre a compreensão, como uma compreensão em si mesma traduzida num texto”* (MARCUS & CRUSHMAN, 1982:28).

3. Conclusões

Embora, fazer uma etnográfica seja um verdadeiro desafio, reafirmo a importância desse procedimento, como metodologia, porque possibilita apreender, interpretar e traduzir a representação social das famílias agricultoras, sobre a qualidade de vida delas num contexto determinado, enquanto produto de formas culturais manipuláveis. Clifford Geertz (2000), analisa o papel da etnografia na atualidade, como instrumento auxiliar nas pesquisas sociológicas e antropológicas, especialmente, em estudos que apelam à subjetividade e esclarece:

(...) Os usos da etnografia são, sobretudo auxiliares, mas, ainda assim, são reais; como a compilação de dicionários ou o polimento de lentes, essa é ou pode ser uma disciplina facilitadora. E o que ela facilita, quando o faz, é um contato operacional com uma subjetividade variante. Ela coloca 'nós' particulares entre 'eles' particulares, e coloca 'eles' entre 'nos', onde, como venho dizendo, todos já nos encontramos, ainda que pouco à vontade. Ela é a grande inimiga do confinamento das pessoas em planetas culturais em que as únicas idéias que elas precisam evocar são 'as daqui', não por presumir que todas as pessoas são iguais, mas por saber quão profundamente não o são, e, apesar disso, quão incapazes são de deixar de levar em conta umas às outras. (...) (GEERTZ, 2000: 81).

Geertz (2000) reitera que o papel da etnografia, na atualidade é relativizar as subjetividades. Dado que a qualidade de vida suscita uma multiplicidade de indicadores, Thomas Scanlon (1996) aponta desejos e valores, como indicadores subjetivos importantes em qualquer percepção de qualidade de vida. O autor sugere algumas questões para corroborar suas análises: quê tipo de circunstância proporciona boas condições para viver; identificar o quê faz com que uma vida seja boa para quem a vive; e ainda, identificar o quê faz com que uma vida seja

valiosa. Para Scanlon é comum nas respostas a estas perguntas a presença dos argumentos moral e valorativo. Estes argumentos são produzidos no seio da cultura e consolidados nas relações internas do próprio grupo e, nas relações externas, para reforçar a própria identidade do grupo.

Em síntese, a maioria dos estudos revela a necessidade de escolher e analisar os indicadores para pensar a qualidade de vida, segundo uma perspectiva relativista e, considerando que existem os juízos de valor subjetivos atuando sobre os fenômenos, os bens, os serviços, os desejos e as necessidades. Num estudo em que a dimensão cultural é o foco central para entender a qualidade de vida, a investigação recai sobre a tentativa de identificar as formas culturais e os saberes localmente valorizados, buscando entender como estes interferem nas formas de vida das famílias dentro do Perímetro Irrigado de São Gonçalo. Dessa forma, faz-se necessário muita cautela e flexibilidade no uso das técnicas já citadas e, fundamentalmente, uma convivência prolongada e profunda entre pesquisador e informante, uma vez que, este é um processo permanente e coletivo de construção do conhecimento.

4. Bibliografia

ALVES, Alda Judith. O Planejamento de Pesquisas Qualitativas em Educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (77), 53-61, maio.1991

ANDRADE, Manoel Correia de. *Agricultura & Capitalismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979

BAKTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1996

BARTH, Frederik. "Introduction" . *In Ethnic groups and boundaries*. London:George Allen & Unwin 1969.

BNB; DNOCS & SUDENE. *Pesquisa sobre organização cooperativa no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, BNB 1981. (Estudos Econômicos e Sociais, 11).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O afeto da terra*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes/CNPQ, 1984.

CARLEY, Michael. *Indicadores Sociais: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1985.

CARMO, Roberto Luiz do. *Qualidade de vida: uma tentativa de precisar o conceito*. Campinas: 1993. Monografia (Monografia de Graduação). Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp).

COHEN, Erik. *Authenticity and commoditization in tourism*, Annals of Tourism Research, vol. 15. 1988.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*, 4ª edição. Petrópolis - RJ: vozes, 1997.

_____. "A situação atual". In: *Nova Luz Sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2000

GIDDENS, Anthony. *Modernização Reflexiva*. São Paulo: UNESP, 1995

_____. *As conseqüências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991

GODELIER, Maurice (1998). O Ocidente, Espelho Partido. ANPOCS. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, ano 8.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Os Índios do Descobrimento: Tradição e Turismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2001.

HALL, Stuart. *O local e o Global: globalização e etnicidade*. In KING, A. (org). *Cultura, Globalização e o Sistema Mundial*, New York: Macmillan, 1991

MARCUS, George E & CRUSHMAN, Dick E. *Las etnografis como textos*. In GEERTZ, C & CLIFFORD, J. et al. *El Surgimento de la Antropologia Posmoderna*. Barcelona: Gedisa. 1992.

MARA/SENIR. *Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste*. Brasília, 1990 (versão preliminar).

MINAYO, M. C. de Sousa. *O conceito de representações dentro da sociologia clássica*. In GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org). *Textos em Representações Sociais*, Rio de Janeiro: Vozes. 1994

NEVES, Delma. Pessanha. *Agricultura Familiar: questões metodológicas*. Reforma Agrária, Campinas, 1995.nº 25 (2/3): 21-36, mai/dez. (Número especial sobre Agricultura Familiar).

_____. *Os Dados Quantitativos e os Imponderáveis da Vida Social*. Revista Raízes. Nº 17, junho, Campina Grande – PB.1998.

NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D. F, Fondo de Cultura Econômica.1996

PROINE. Programa de irrigação do Nordeste. Proposta Básica: Síntese (1986-1990), Brasília, 1986.

PUTNAM, Ruth Anna. Comentario a “objetividad y significado social”. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D. F, Fondo de Cultura Económica:1996.

RABINOW, P. *Antropologia da razão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

ROCHE, Alfredo K. “*La dimension cultural de la cualidad de vida*. El medio ambiente y el desarrollo”. In. *Contribuciones*. Nº 3 (Julio-setiembre). Buenos Aires. Ciedla. 1990

SANTOS. Boaventura Sousa (org). *A Globalização e as Ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002

SCANLON, Thomas. El valor, el deseo y la calidad de vida. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D. F, Fondo de Cultura Económica:1996.

SIMMEL, Georg. *On individuality and social forms*. Chocago. The University of Chicago Press. 1971

_____. *A metrópole e a vida mental*. In Velho (1973)
op cit.

SCHULTZ, A. *Collected Papers I “Commonsense and Scientific Interpretacion of Humam Action”*. Hague: Martnus Nijhoff, 2º ed. 1982

THIOLLENT, Michel. O processo de entrevista. In _____. *Crítica metodológica, investigação social e enquête operária*. São Paulo, Polis, 1980.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo, Cortez/Autores Associados: 1986. (Coleção Temas Básicos de Pesquisa-ação)

THOMAS, Nicholas. *The inversion of tradition*. In Oceania: Vision, artefacts, histories. Op cit. 1997

VELHO, Otávio (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro. Zahar ed. 1973

WALZER, Michael. Objetividad y significado social. In: NUSSBAUM, Martha C. & SEN, Amartya (compiladores). *La calidad de vida*. México D. F, Fondo de Cultura Econômica:1996.

WANDERLEY, Maria Nazareht Baudel. *O camponês: um trabalhador para o capital*. Cadernos de Difusão de Tecnologia, Brasília, v 2, n 1, p 13-78, jan./abr. 1985

_____. *A modernização sob o comando da terra; os impasses da agricultura moderna no Brasil*. Idéias, Revista do IFCH/UNICAMP, Campinas, 3 (2): 25-54, jul/dez. 1996.

WEBER, Max. *A Objetividade do Conhecimento nas Ciências Sociais e na Política Social*. Lisboa: Lisboa Ltda. 1974

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klass. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília. Editora UNB, 1997.